

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Serviço responsável pela execução da deliberação | Divisão de Aprovisionamento e Património

Epígrafe | 3.4.4. Procedimento concursal para aquisição dos serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, resíduos de construção e demolição, da responsabilidade dos municípios, e prestação dos serviços de limpeza urbana no Concelho de Leiria. Alteração da deliberação da Câmara Municipal de 12 de junho

Deliberação | Presente a proposta da Divisão de Aprovisionamento e Património com o seguinte conteúdo:

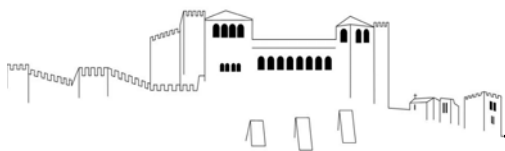
Considerando:

A deliberação da Câmara Municipal de 12 de junho de 2012, relativa à prévia autorização da Assembleia Municipal nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do procedimento mencionado em epígrafe, que:

- no seu ponto 3 indica que o valor estimado da prestação do serviço seria de €35.000.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- no seu ponto 4 indica que a revisão de preços constará das peças do procedimento concursal e incidirá, nomeadamente, sobre o preço dos combustíveis e o Índice de Preços do Consumidor no Continente, publicado pelo INE;
- no ponto 5 indica que nos termos do n.º 7 do artigo 42.º do Código da Contratação Pública, as peças do procedimento concursal devem prever a obrigação do adjudicatário elaborar, um ou vários projetos de investigação e desenvolvimento diretamente relacionados com as obrigações do contrato no valor de 1% do preço contratual.

A deliberação da Câmara Municipal de 14 de agosto de 2012, relativa à autorização da realização da despesa, aprovação das peças do procedimento e abertura do procedimento mencionado em epígrafe, que no seu ponto 4 fixa o preço base em €34.500.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este inferior ao inicialmente estimado para efeitos de prévia autorização para abertura do referido procedimento concursal, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro;

A alteração à fórmula de cálculo da revisão de preços, porquanto apenas ficou previsto no programa do concurso, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 14 de agosto de 2012, o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor (I.P.C.), exceto habitação, no continente, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, verificada durante o ano anterior com referência a 1 de janeiro, contrariamente ao definido na deliberação da Câmara Municipal de 12 de junho de 2012, no seu ponto 4, o qual indicava que a revisão de preços incidiria também sobre o preço dos combustíveis.



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Que o Decreto-Lei n.º 149/12 de 12 de julho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados a partir de 11 de agosto de 2012, vem revogar o n.º 7 do artigo 42.º do Código da Contratação Pública, suprimindo-se desta forma o ponto 5 da deliberação da Câmara Municipal de 12 de junho de 2012.

Propõe-se que a Câmara Municipal submeta o processo à Assembleia Municipal para efeitos de conhecimento das alterações à deliberação da Câmara Municipal de 12 de junho de 2012, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto e concordando com a proposta da Divisão de Aprovisionamento e Património:

- i. **Tomou conhecimento** do Decreto-Lei n.º 149/12 de 12 de julho, em especial o disposto nos artigos 2.º e 4.º, de acordo com os quais é revogado o n.º 7 do artigo 42.º do Código da Contratação Pública, ou seja, é revogada a obrigação do adjudicatário elaborar, um ou vários projetos de investigação e desenvolvimento diretamente relacionados com as obrigações do contrato no valor de 1% do preço contratual;
- ii. **Deliberou por unanimidade** submeter o processo à Assembleia Municipal para efeitos de conhecimento das alterações à deliberação acima mencionada, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, solicitando-se que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

O Presidente da Câmara Municipal



Raul Castro

A Secretária da reunião



Sandra Almeida Reis
Ao abrigo do despacho n.º 7/2012, de 5 de
janeiro